

Educação permanente em saúde pode ser uma inovação? Um breve olhar sobre a produção científica

May be an innovation continuing health education? A brief look at the scientific production

José Inácio Jardim Motta¹

Hulda Cristina Rocha²

Victoria Maria Brant Ribeiro³

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde

www.nutes.ufrj.br

Resumo

O presente trabalho procura avaliar o estágio atual da produção científica relacionada a educação permanente em saúde. Por meio de levantamento de artigos recentes propõe a análise do tema pela sistematização em cinco categorias distintas: (a) conceitual; (b) processos de gestão e educação permanente em saúde; (c) cenários e ambientes de aprendizagem; (d) educação permanente em saúde e sua aplicação em áreas específicas; e (e) avaliação de experiências de educação permanente em saúde. Enfatiza aspectos relacionados à política nacional de educação, mostrando seu reflexo na produção literária científica na área da saúde.

Palavras chave: educação permanente em saúde, educação em saúde, políticas públicas em saúde.

Abstract

This paper evaluates the current state of scientific literature related to permanent health education. Through a survey of recent articles examining the proposed theme for the systematization in five categories: (a) conceptual; (b) management processes and permanent health education; (c) scenarios and learning environments; (d) permanent health education and its application in specific areas; and (e) evaluation of experiences of permanent health education. Emphasizes aspects related to national education policy, showing his reflection in the scientific literature on health.

Key words: permanent health education, health education, public health policies.

O começo do caminho

Os processos de Educação Permanente em Saúde (EPS) ganharam expressão e importância nos últimos anos a partir de sua consolidação como política pública, que tenta interferir nas relações entre a educação e o trabalho em saúde na perspectiva da produção de novas práticas de saúde. As bases de sua formulação remontam aos textos produzidos pela Organização Pan-Americana em Saúde (OPAS) nos anos 80, que se tornaram referência conceitual e metodológica para a implantação de projetos de educação permanente em saúde para os países das Américas.

Em que pese ser a referida política expressão de um aparente consenso em torno desses processos, um dos poucos estudos realizados nos anos 90, apontava que, para além de um consenso em torno dos princípios norteadores das práticas de educação permanente em saúde, as práticas educativas no âmbito do trabalho ainda eram fortemente hierarquizadas, fragmentadas e, os sujeitos do trabalho não se percebiam como atores de formulação e implementação de necessidades educativas em seu cotidiano. Havia também uma enorme confusão conceitual entre os termos educação permanente e educação continuada (MOTTA, 1998).

O texto base da atual Política Nacional de Educação Permanente, avança nas formulações da OPAS, tentando incorporar ao seu conceito, uma dimensão organizacional para além de sua dimensão pedagógica. Dessa forma, é assim formulado: “parte do pressuposto da aprendizagem significativa e propõe que a transformação das práticas profissionais deve ser baseada na reflexão crítica sobre as práticas reais de profissionais reais em ação na rede de serviços. Propõe-se, portanto, que os processos de capacitação dos profissionais de saúde sejam estruturados a partir da problematização do seu processo de trabalho e que tenham como objetivo a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho, tomando como referência as necessidades de saúde das pessoas e das populações, da gestão setorial e do controle social em saúde” (BRASIL, 2004).

A política nacional vem expandindo no país o ideário da EPS, num cenário que, historicamente se constituiu por uma baixa produção acadêmica, o que, potencialmente poderia dificultar os processos de organização e implantação dos seus processos. Por outro lado, o fato da EPS ter se constituído em uma política nacional poderia estar estimulando a reflexão e produção acadêmica no campo.

O presente trabalho visa refletir sobre a produção mais recente, que toma a categoria educação permanente em saúde como objeto de investigação, no conjunto das revistas indexadas ao programa de pós-graduação do Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde (NUTES) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O caminho escolhido para revisar a produção recente

A categoria de análise que permeou a revisão de literatura foi à educação permanente em saúde. Sua escolha deve-se ao fato da mesma ser, nos últimos anos, central aos processos de formulação de políticas públicas no campo da saúde que considerem as articulações entre a educação, a saúde e o trabalho em saúde.

Foram pesquisados, prioritariamente, periódicos relacionados à área de conhecimento do programa de Pós Graduação em ensino em Ciências e Saúde do NUTES/UFRJ (área 46 – CAPES) nos período entre 2004 e 2010. A marcação desses anos se refere ao tempo que está em vigor a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.

Nossa hipótese é a de que, a partir do ano de 2004, quando em fevereiro entra em vigor a portaria 198 estabelecendo as diretrizes conceituais e as estratégias operacionais da política nacional de educação permanente em saúde, a produção acadêmica estaria fortemente determinada e influenciada pela mesma. O mesmo acredita-se ter ocorrido a partir de 2007, quando a portaria 198 é substituída pela portaria 1996, que produz alterações nas estratégias de implantação e na configuração dos atores sociais responsáveis pela definição das necessidades de conhecimentos nos ambientes de trabalho.

Foram utilizados como fonte de busca a base “*scielo*” tendo com palavra chave educação permanente em saúde. Essa foi pesquisada nos títulos e nos resumos dos artigos. De forma complementar, se pesquisou no site de cada revista indexada ao programa.

O resultado apresentou um total de trinta artigos distribuídos de forma equilibrada ao longo do período estudado em um total de onze periódicos, conforme pode ser observado no gráfico e tabela seguintes:

GRÁFICO 01

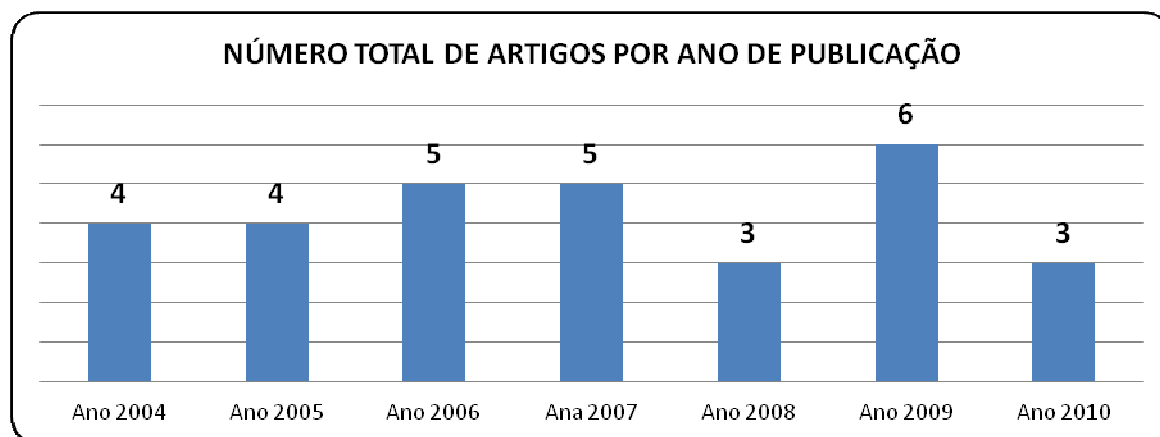


TABELA 01
REVISTAS INDEXADAS AO PROGRAMA POR NÚMERO DE ARTIGOS PÚBLICADOS

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE	01
CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA	01
INTERFACE: COM. EDUC. SAÚDE	07
REVISTA BRAS. DE EDUC. MÉDICA	03
TRABALHO, EDUCAÇÃO, SAÚDE	06
TOTAL	18

No processo da investigação, foram encontrados alguns artigos publicados em revistas não indexadas ao programa. Como alguns desses artigos tinham como autores os responsáveis pela formulação da política nacional, optou-se por incluí-los a partir da possibilidade de poderem influenciar a produção subsequente. Sendo assim, também foram incluídos os demais artigos encontrados por um critério de coerência. Seu quantitativo e os periódicos podem ser visualizados na tabelas 02.

TABELA 02
REVISTAS NÃO INDEXADAS AO PROGRAMA POR NÚMEROS DE ARTIGOS

CIÊNCIAS E SAÚDE COLETIVA	01
PHYSIS	01
REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM	04
REVISTA BRASILEIRA DE SAÚDE MATERNO INFANTIL	01
REVISTA DA ESCOLA DE ENFERMAGEM USP	02
TEXTO E CONTEXTO	03
TOTAL	12

O conjunto dos artigos encontrados forma um nicho desigual, o que poderia ser um elemento de dificuldades para a estruturação de um plano de análise. Assim, foram elaboradas grandes categorias de análise, que teriam a capacidade de atomizar em núcleos de sentidos o universo dos artigos pesquisados. Foram construídas cinco categorias de análise, a saber: (a) conceitual; (b) processos de gestão e educação permanente em saúde; (c) cenários e ambientes de aprendizagem; (d) educação permanente em saúde e sua aplicação em áreas específicas; e (e) avaliação de experiências de EPS.

Detendo olhares por sobre as categorias

Nessa seção, procurar-se-á produzir descrição e análise sobre o conjunto dos artigos em torno das categorias elencadas anteriormente. Não se pretende esgotar o conjunto de possibilidades de análise. A intenção aqui está mais próxima a uma fotografia do momento, que possibilite a construção de um guia para outros estudos.

Sendo a primeira categoria escolhida a que traz artigos de natureza mais conceituais, os autores detiveram-se em cada um dos nove artigos encontrados. Entende-se que os artigos que refletem o conceito e sua inscrição na política, passam a ser referências aos artigos que focam problemas e experiências da prática. Para as categorias subseqüentes apresentar-se-á um panorama geral, detendo-se em algum artigo específico quando ele propiciar maior compreensão do conjunto dos artigos da categoria correspondente, ou quando trouxer um elemento novo ao conjunto de todos os artigos.

Conceitual

A categoria conceitual reúne um conjunto de artigos cuja temática principal se dá em torno do conceito de educação permanente em saúde, explorando de alguma forma a rede conceitual que está na base desse conceito. Também ressaltam o papel da educação permanente como uma política pública, portanto, como um enunciado produzido pelo Estado no âmbito de suas políticas sociais. Conformam um conjunto de nove artigos.

No interior dessa categoria encontram-se quatro artigos que irão se tornar referências teóricas e conceituais para a maioria dos artigos inscritos nas outras categorias. Dessa forma, começaremos nossos comentários a partir desses artigos.

O *primeiro* deles denomina-se “Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário”. Nesse artigo, o autor destaca que, aquilo que deve ser central à educação permanente em saúde é a sua porosidade à realidade mutável e mutante das ações e dos serviços de saúde; é sua ligação política com a formação de perfis profissionais e de serviços de saúde, a introdução de mecanismos, espaços e temas que geram auto-análise, autogestão, implicação, mudança institucional, pensamento (disruptura com instituídos, fórmulas ou modelos) e experimentação (em contexto, em afetividade – sendo afetado pela realidade/afecção). É destacado nesse artigo, o caráter transformador dos processos de educação permanente, possibilitando não só mudanças nas práticas de saúde, mas também nos próprios processos de organização do trabalho. A partir desse artigo, dois outros artigos foram publicados com finalidade de debater, dialogar com as idéias formuladas pelo mesmo.

No primeiro texto o autor começa sua reflexão a partir das seguintes perguntas: a educação permanente é um novo modelo educacional que pode permear qualquer prática educativa? É por sua essência aprendizagem nos serviços? A partir dessas questões sugere a necessidade de um melhor delineamento do seu campo conceitual.

O autor adverte que as ambiciosas iniciativas de transformação da realidade marcam e demarcam um campo de forças que deve ser constantemente “cartografado” para que a EPS se transforme em uma “metodologia moderna”, e não apenas acione conhecimentos desejáveis por uma sociedade de mercado. Insinua a necessidade de transformações na “cultura da saúde” em que a EPS é ao mesmo tempo método e conteúdo portador de novas formas de resolver os problemas de saúde.

O outro debatedor reconhece que a educação permanente em saúde tem que ter a força de gerar no trabalhador, em seu cotidiano de produção do cuidado em saúde, transformações da sua prática, o que implicaria força de produzir e capacidade de problematizar a si mesmo no agir, produzir auto-interrogação de si mesmo no agir produtor do cuidado. Considerando esse processo, o autor chama a educação permanente de pedagogia da implicação. Aqui, é possível perceber que a EPS é tomada como uma ferramenta que possibilite mudança nas práticas de saúde e cuidado

O *segundo* tem como título, “Educação Permanente em Saúde: descentralização e disseminação de capacidade pedagógica em saúde”. Nesse, o conceito de educação permanente em saúde, é tomado como uma referência para tornar a rede pública de saúde, em uma rede de ensino-aprendizagem no exercício do trabalho. Para o autor essa tarefa se dá na ampla intercessão educação/atenção, na área de saberes e de práticas em saúde. Aponta e analisa sob essa perspectiva, a criação e implementação do dispositivo polos de educação permanente em saúde. Deve-se ressaltar que o autor é um dos formuladores da portaria 198 que dispõem sobre o dispositivo “polos de educação permanente”. A partir da compreensão de que a base conceitual de educação permanente em saúde mobiliza diferentes saberes com base nas relações do trabalho em saúde (considerado em sua especificidade frente a outros trabalhos do setor terciário de produção), defende-se aqui, os polos de educação permanente como um dispositivo de democracia participativa, e que da potência e materialidade ao conceito de educação permanente em saúde.

Devemos assumir que, ao defender o exercício da democracia participativa no interior das relações de trabalho, em que a prática democrática, ainda não se constituiu como um exercício cotidiano e nossas referências estão mais próximas da democracia representativa, poderão existir dificuldades para sua efetivação.

O *terceiro* artigo denomina-se, “O Quadrilátero da Formação para a Área da Saúde: ensino, gestão, atenção e controle social”. Nesse artigo, os autores buscam por meio da política de

educação permanente para o SUS, como uma prática em experimentação, formular uma “teoria da caixa de ferramentas” que permita a análise crítica da educação que temos feito no setor da saúde e a busca de caminhos desafiadores. A imagem do quadrilátero serve para pensar atores estratégicos da gestão da educação numa perspectiva mais democrática e inclusiva. Esse quadrilátero pode ser percebido na formulação política dos polos quando esse se refere aos atores necessários a sua constituição. Os quatro componentes do quadrilátero seriam: a gestão, a atenção, o controle social e o aparelho formador.

O *quarto* artigo que configura a produção de certo “marco conceitual” para os processos de educação permanente em saúde denomina-se, “Educação e Saúde: ensino e cidadania como travessia de fronteiras”. Os autores mergulham no universo epistemológico dos campos da educação e da saúde. Com base em uma memória da reforma sanitária brasileira e de aproximações entre as áreas científicas da educação e da saúde, reconhecem um novo domínio de conhecimento designado por educação e ensino da saúde. O novo domínio seria caracterizado por uma implicação singular do ensino com a cidadania, permitindo a travessia de fronteiras entre educação e saúde pela via da educação permanente em saúde. Aqui a idéia da educação permanente em saúde é caracterizada como um processo capaz de propiciar articulações entre educação e a saúde ao mesmo tempo em que possibilita os dois campos dialogarem com os movimentos sociais, particularmente o controle social na saúde, na (re)invenção de um fazer inovador na produção e circulação de conhecimentos no âmbito do trabalho em saúde.

Os quatro artigos anteriormente analisados, tornam-se de alguma forma, referência aos outros artigos em suas bases conceituais. Os outros três artigos restantes que integram essa categoria assumem como eixo estruturante reflexões em torno do conceito de educação permanente em saúde, com base na reflexão sobre uma determinada prática ou setor dos serviços de saúde.

O artigo seguinte tem como título “Atividades Educativas de Trabalhadores na Atenção Primária: concepções de educação permanente e educação continuada em saúde presentes no cotidiano de unidades básicas de saúde em São Paulo”. Esse artigo é originado de uma pesquisa em que foram analisadas as práticas educativas dos trabalhadores da saúde com base em suas concepções de EPS e EC, processo de trabalho em saúde, integralidade e trabalho em equipe. A pesquisa relatou 396 atividades educativas destacando que em seu conjunto há complementaridade entre as concepções de EPS e de EC. O artigo acaba se detendo nas relações entre processos educativos e processo de trabalho, destacando a idéia de trabalho em equipe. Para os autores, na perspectiva de mudanças nas práticas de saúde, orientadas pelo princípio da integralidade, coloca-se a necessidade de ampliação do debate em torno da EPS como política pública.

O sexto artigo, “Desdobramentos da Educação Permanente em Saúde no município de Vitória, Espírito Santo”, encontramos a tentativa de articular uma perspectiva conceitual com uma proposta de EPS que considere sua organização em uma base loco regional. Os autores assumem o conceito de educação permanente em saúde como polissêmico, traduzido em três sentidos: a) como trabalho em análise, visando definir prioridades locais que promovam a reorganização dos espaços de produção em saúde; b) como estratégia de formação dos profissionais de saúde em constante processo de subjetivação; c) como estratégia de gestão, na medida em que propicia reorganizar a gestão a partir da problematização do trabalho. A partir desses sentidos, as autoras tentam compreender o avanço no município de Vitória das rodas de educação permanente em saúde, proposta inscrita na portaria 198 e depois revisada na portaria 1996.

Por fim, o último artigo dessa categoria, denomina-se, “Educação Continuada e Enfermagem Psiquiátrica: reflexão sobre conceitos”. Os autores propõem uma reflexão dos conceitos de educação continuada e educação permanente em saúde, a partir de uma revisão na literatura. Concluem que a educação continuada é o processo educacional que mais se ajusta às necessidades da enfermagem psiquiátrica na direção de uma atenção de qualidade. Contudo, a revisão de literatura contida no artigo é frágil não só porque se detém basicamente em textos mais gerais de educação continuada, em detrimento dos textos de educação permanente em saúde, mas também porque deixa de fora, todo o conjunto de referências teóricas e metodológicas produzidas e estimuladas pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), e que se tornarão referência inicial para um mergulho no conceito de educação permanente em saúde.

A educação permanente em saúde, teve uma forte referência, ao longo dos últimos anos, nos escritos da OPAS gerados no fim dos anos 80 e começo dos 90. Os textos apresentados nessa categoria, principalmente os três primeiros relatados, avançam do ponto de vista conceitual para além dos pressupostos da OPAS, clareando melhor sua dimensão pedagógica e refletindo sobre sua dimensão organizacional.

Também trazem à tona, algumas categorias implicadas na base conceitual da educação permanente em saúde e, em sua própria condição de ser uma estratégia transformadora das práticas de saúde, tais como: alteridade e diferença, subjetividade e intersubjetividade, coletivos de trabalho e democracia participativa. Porém, por mais que tenham avançado frente aos referenciais enunciados pela OPAS, ainda assim, carecem de um aprofundamento conceitual e de como de fato podem expressar práticas educativas transformadoras. Quando enunciam a revalorização dos sujeitos frente aos processos de produção e socialização de conhecimentos nos ambientes de trabalho, não conseguem revelar sobre que noção de sujeito estão falando e tão pouco como essa noção se assenta em processos de identidade e diferença.

Também há poucas evidências e reflexões sobre aspectos metodológicos referidos a aplicação do conceito de educação permanente em saúde tão marcado por um complexo mapa conceitual. As diferentes possibilidades de se refletir sobre o processo de trabalho, já apontados na literatura, não é problematizado, nem tão pouco se apontam alternativas a essas estratégias metodológicas.

Processos de gestão e EPS

Na categoria processos de gestão e EPS se encontram artigos que refletem a educação permanente em saúde como indutora de novos formatos de gestão para o trabalho e para a educação na saúde. Tendem a reforçar uma dimensão organizacional do conceito de educação permanente em saúde. Foram encontrados cinco artigos nesse grupo.

A partir dessa categoria os artigos a ela afeitos serão observados em seu conjunto e não mais artigo a artigo, o que extrapolaria o objetivo desse trabalho.

Os artigos desse campo de análise refletem desde os modelos dos colegiados de gestão propostos pela portaria 1996, até cursos de conselheiros de saúde no âmbito dos polos de educação permanente em saúde. Suas reflexões apontam que os colegiados de gestão são marcados por polissemia e antinomias (autonomia/heteronomia, reprodução do instituído/processos instituintes, razão comunicativa/razão instrumental). É importante perceber a preocupação como as formas de articulação dos atores de formulação das políticas locais, fundamentais para o êxito de uma política que articule os campos do trabalho em saúde com a educação com base em uma concepção ampliada de saúde.

Indo em outra perspectiva, o artigo seguinte, tenta construir um perfil sócio-educacional dos gerentes de territórios de educação permanente (aqui se encontra um processo de territorialização associado a práticas de educação permanente em saúde). De qualquer forma, ainda que o referido artigo utilize categorias demasiadamente genéricas para a construção do perfil, nota-se uma preocupação, tal qual o artigo anterior, com os atores de formulação local.

Outro artigo dessa categoria tenta refletir sobre as estratégias de gestão pautadas na EPS, levando em consideração que essa promove autonomia, valorização, a competências técnica e a construção do trabalho em equipe, em seu próprio percurso de aprendizagem.

É possível perceber que, excetuando um artigo que trata dos colegiados de gestão, o restante não deixa explícito como os processos de educação permanente em saúde podem afetar os modelos de gestão do trabalho em saúde. Há desde a compreensão de que categorias como autonomia e trabalho em equipe estão relacionadas com a EPS, potencializando e sendo potencializadas por esses processos, até a idéia de que cursos de capacitação no âmbito da gestão, desde que incorporados as fontes de financiamento da política de EPS se constituem por si só em processos de EPS.

Mesmo sendo artigos que falam sobre gestão, a dimensão organizacional dos processos de educação permanente em saúde é pouco explorado tanto do ponto de vista conceitual quanto metodológico. A idéia de que o conhecimento produzido no âmbito do trabalho modifica a natureza e as formas de organização do próprio trabalho é pouco enfatizada no conjunto desses artigos.

Cenários e ambientes de aprendizagem

Os artigos deste campo de análise abordam os cenários de práticas como espaços de formação para o trabalho e produção do cuidado. Defendem a idéia de que ao tomar a prática como espaços de formação estarão contribuindo para processos atuais e futuros de educação permanente em saúde.

Dos três artigos classificados nessa categoria, dois tratam especificamente da formação dos médicos e o quanto esses processos ao tomarem os cenários reais do SUS como campos de aprendizagem podem contribuir para instaurar uma perspectiva de EPS. Também enfatizam a idéia de que a lógica da educação permanente, como uma estratégia de problematizar o trabalho em saúde, pode potencializar a formação de um médico mais permeável a uma concepção ampliada do processo saúde doença cuidado.

O outro artigo parte do pressuposto que os processos educacionais são dispositivos de mudanças nas práticas de saúde. Os autores propõem trabalhar o campo das subjetivações para além da cognição. Defendem com isso, que os cenários de produção do cuidado como uma unidade de produção pedagógica sejam espaços para desenvolver processos de educação permanente em saúde.

Nos dois artigos que se referem à formação médica encontramos um debate conceitual e metodológico referido aos processos de educação permanente em saúde ainda pouco estruturados. É possível perceber que a educação permanente em saúde é vista como um sinônimo de metodologia da problematização e solução para a construção de uma nova epistemologia da saúde, que melhor se assente no paradigma da multideterminação do processo saúde doença cuidado.

No outro artigo, ao tomar a EPS como estratégia problematizadora do trabalho, reconhece que esta também se torna uma estratégia para a construção da noção de cuidado. A noção de cuidado aqui, passa necessariamente pela produção e interação de diferentes identidades que se consolidam em processos cotidianos de subjetivação. Nesse sentido, é preciso, ao se pensar

em processos de educação permanente em saúde, considerar processos intersubjetivos que conformam identidades e diferenças entre os sujeitos do trabalho.

EPS e sua aplicação em áreas específicas

Nessa categoria se inscrevem 11 artigos que possuem como característica comum, o fato de serem relatos de experiências de práticas, denominadas por seus autores, como sendo de educação permanente em saúde.

Aqui, encontramos uma diversidade de experiências, mas que preponderantemente se situam em três áreas específicas dos serviços de saúde: atenção básica, saúde mental, e o trabalho em enfermagem.

Também encontramos um relato que toma a educação a distância como uma ferramenta para processos de educação permanente e relatos de organização de polos de educação permanente, suas formas de definição de necessidades de qualificação bem como seus mecanismos de gestão de processos de educação no trabalho.

Nessa categoria há uma preocupação em apresentar experiências de educação permanente em saúde, como resposta aos enunciados da política nacional de educação permanente a partir das portarias 198 e 1996.

Essas experiências ora apresentam a organização dos polos de educação permanente como colegiados inovadores de articulação entre pares para pensar uma política local de educação para o trabalho, ora explicitam programas de capacitação financiados pela política nacional e originados nos dispositivos locais previsto nas portarias.

Há pouca reflexão conceitual e metodológica. As práticas educacionais são indiscriminadamente nomeadas como educação permanente, mesmo que estejam desvinculadas das necessidades advindas dos sujeitos das práticas de saúde.

Nota-se a capacidade que enunciados emanados de uma política nacional tem de mobilizar os atores locais, porém isso é feito com pouca criticidade e apropriação conceitual. Também se observa pouca capacidade de formulação política nas bases loco-regionais, onde quase sempre os programas formulados como resposta a política nacional são programas que já faziam parte, do cardápio de capacitações ofertadas. Os artigos que apresentam programas de capacitações se inscrevem nessa lógica.

EPS e processos de avaliação

Encontramos nessa categoria, dois textos que tratam de processos avaliativos, sendo que um deles se refere a uma metodologia quantitativa desenvolvida pela Universidade da Carolina do Norte, nos Estados Unidos, que procura evidenciar os principais descritores que devem orientar os processos de educação permanente em atenção básica. Nesse sentido, a avaliação não se inscreve sobre uma prática já realizada, mas sim, na descrição de elementos que irão contribuir para uma prática futura.

Já o segundo artigo se preocupa em desenvolver um olhar avaliativo sobre uma prática já realizada. Nesse caso foram avaliadas práticas de educação permanente em saúde desenvolvidas por profissionais de atenção básica que trabalham com crianças. A avaliação foi orientada pelas categorias, desempenho, efeito e efetividade.

Em ambos os processos avaliativos, os autores ressaltam a positividade dos métodos escolhidos e sua capacidade de gerar informações de qualidade. Entretanto nenhum deles se detém em categorias menos objetiváveis do conceito de educação permanente tais como intersubjetividade, identidade e transdisciplinaridade.

Os dois artigos não chegam a formular uma proposta de avaliação de práticas de educação permanente em saúde que possibilite compreendê-la em sua totalidade, ou seja, vê-la no conjunto complexo de categorias que a sustentam tais como consensos, democracia participativa, inter/transdisciplinaridade, trabalho em equipe, identidade, subjetividade e alteridade. Ainda se faz necessário pensar modelos de avaliação que consigam capturar os diferentes sentidos que o conjunto de atores do trabalho dão a esses processos e como no espaço local é possível (re)significar os enunciados de uma política nacional.

Uma primeira conclusão

A existência e a continuidade de uma política nacional têm começado a despertar o interesse pela reflexão e produção acadêmica sobre o tema. Todavia, é preciso estar atento a conceitos polissêmicos como o de educação permanente em saúde. Esses não podem se tornar uma impossibilidade teórica, nem tão pouco, podem ser banalizados, como por exemplo considerar que qualquer prática educacional no âmbito do trabalho em saúde passa a ser uma ação de educação permanente em saúde. Vários artigos trazem essa perspectiva, chamando de educação permanente qualquer prática educacional que tenha sido executada por meio da política nacional de educação permanente em saúde.

Há uma clara percepção de que os enunciados apresentados notadamente nos artigos mais conceituais se colocam no limite entre as teorias críticas e as pós-críticas da educação. Entretanto no cotidiano dos serviços por meio dos relatos de experiências, as perspectivas apresentadas como mais inovadoras são aquelas que se referem a EPS como um método problematizador do cotidiano do trabalho. Sem dúvida, como método é importante acumularmos experiência em torno da problematização, todavia o desafio a EPS é maior do que as questões referidas à metodologia. É preciso aumentar a densidade das reflexões. Cabe aos atores locais, responsáveis pela organização da política local, encontrar o equilíbrio que possibilite, de fato, que práticas enunciadas como educação permanente em saúde permitam a construção de novas relações entre sujeitos que se constituem na diferença de múltiplos “processos identitários”, e na emancipação, (re)significando processos de escolha nos diferentes modos de andar a vida.

Referências

BRASIL, Ministério da Saúde, Política de Educação e Formação para o SUS: caminhos para a educação permanente em saúde. Brasília, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, 2004, 68p.

CECCIM, R.B.; FEUERWERKER, L. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão atenção e controle social. *Physis – Rev. Saúde Coletiva*, v.14, n.1, p. 41-65, 2004.

CECCIM, R.B. Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário. *Interface – Comunic., Saúde, Educ.* v.9, n.16, p. 161-77, set.2004/fev.2005.a.

CECCIN, R.B. Educação Permanente em Saúde: descentralização e disseminação de capacidade pedagógica na saúde. *Ciênc. Saúde Coletiva* vol.10 no.4, Rio de Janeiro. Oct./Dec. 2005.b.

CECCIM, R.B.; FERLA, A.A. Educação e Saúde: ensino e cidadania como travessia de fronteiras. *Trab. Educ. Saúde*, v.6 n.3, p. 443-456, nov.2008/fev.2009.

MERHY, E. E. O desafio que a educação permanente tem em si: a pedagogia da implicação. *Interface - Comunic.,Saúde, Educ.*, v.9, n.16, p.161-77, set.2004/fev.2005.

MOTTA, J.I.J. Educação Permanente em Saúde: da política do consenso à construção do dissenso. Dissertação de mestrado apresentada ao Núcleo de Tecnologias Educacionais em Saúde, Rio de Janeiro, 1998, 225p

PEDUZZI, M.; GUERRA, D.A.D.; BRAGA, C.P.; LUCENA, F.S.; SILVA, J.A.M. Atividades educativas de trabalhadores na atenção primária : concepções de educação permanente e de educação continuada em saúde presentes no cotidiano da Unidades básicas de Saúde em são Paulo. Interface (Botucatu)vol.13 no.30 Botucatu July/Sept. 2009.